

METODOLOGIA¹

Partimos do pressuposto que a metodologia participativa solicita a articulação entre diferentes atores sociais para a construção do saber. O setor público aparece, nesse processo integrando os sistemas de prestação de serviços públicos e de garantia de direitos. A sociedade civil institucionalizada se incorpora nesse processo como agente de proposição e articulador entre os diferentes saberes: o da prática e do cotidiano, vindo com o setor público e o da reflexão e das diferentes metodologias trazidas pela universidade. Como partícipe desse processo, a universidade é provocada a repensar seus pilares de sustentação – pesquisa, ensino e extensão. Para que isso ocorra, a Universidade deve passar de um papel de “lecionadora” para o de gestora do conhecimento. Nesse novo papel deve compor a rede local/regional trazendo aportes teóricos e práticos para suportar a ação direta, avaliação contínua e métodos participativos, assumindo-se que as pessoas possuem senso crítico e capacidade para solucionar problemas.

A participação deve ser concebida como um ato interativo entre os diversos atores sociais, na perspectiva de conhecer o contexto no qual se encontram inseridos, as situações que precisam de intervenção e as alternativas para superação de problemas, utilizando para esta finalidade a mediação e o ato comunicativo no processo de acompanhamento dos grupos. Trata-se, portanto, de um processo de reflexão-ação, característico dos processos de comunicação marcados pela participação ativa dos sujeitos envolvidos e pela valorização do saber local que se inter-relaciona ao saber científico.

A assessoria à construção participativa do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes será realizada em etapas que agregam a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. O corpo docente e discente aliará o estudo do fenômeno, a construção de instrumentos de pesquisa e análise de forma participativa com os atores sociais do município de Piracicaba. A linha norteadora seguirá os eixos do Plano Nacional de Enfrentamento já delineado anteriormente nesse projeto (seis eixos).

Na sequência, identificamos as etapas do processo, como proposta a ser validada processualmente por meio de espelhamento crítico com os atores envolvidos na construção participativa do Plano almejado, articulado ao Plano Municipal Decenal que

¹ Extraída do Projeto de Extensão.

deverá ser elaborado até o final do ano 2016, conforme Resolução nº 171 do CONANDA.



Etapa 1

Essa etapa será composta de três ações que visam subsidiar o diálogo com a rede e a sociedade mais ampla na etapa 2. Será realizado estudo exploratório para conhecimento dos dados acerca da violência contra crianças e adolescentes em Piracicaba, especialmente a sexual, e outros, por meio de consulta aos atores responsáveis pela execução do fluxo de atendimento no município (exposto acima e em “fase experimental”) e outros, conforme tabela abaixo. Essa consulta será realizada por meio de questionários específicos para cada grupo de instituições categorizadas segundo os eixos do Plano Nacional. Paralelo a esse movimento serão compilados os Planos e Políticas do Município produzidos no período de 2007 a 2015, incluindo as deliberações das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente municipais. A sistematização desses dados serão norteadores do diálogo com atores do Sistema de Garantia de Direitos para a análise crítica do estado da questão no Município de Piracicaba a ser realizado na etapa 2, e configura-se como um pré-diagnóstico da realidade municipal. Abaixo, a descrição dos procedimentos.

Em relação ao levantamento de dados e sistematização das informações:

- Coleta de informações junto aos atores do SGD (tabela abaixo), por meio de visitas às instituições para o preenchimento de questionários específicos e questões complementares que destaquem os eixos do Plano Nacional (entrevista semi-dirigida). Utilizaremos os questionários do PAIR - Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil (anexos), para podermos fazer análises comparativas com outros municípios que trabalharam com a metodologia do PAIR, além disso, consideramos que tais questionários já estão validados. As questões complementares serão elaboradas pela equipe antes das visitas, mas outras questões poderão ser formuladas durante a entrevista com o informante da instituição.
- As entrevistas serão realizadas em datas e locais previamente agendados, em conformidade com a disponibilidade dos entrevistados, os quais serão devidamente consultados e pautados para as entrevistas. As entrevistas serão registradas por meio da gravação digital e transcritas literalmente.
- As instituições entrevistadas nessa fase são as que compõem o fluxo, apresentado na seção anterior, e outros, a saber:

- Secretaria de Educação e a Diretoria de Ensino, visto a escola um lugar no qual crianças e adolescentes podem manifestar sequelas da violência. Esses setores educacionais poderão indicar outros atores que possam contribuir nessa coleta de dados, como os mediadores de conflito, ou coordenadores pedagógicos, por exemplo;
- Centro de Atenção da Saúde ao Adolescente de Piracicaba (CASAP), visto esse atender adolescentes;
- além do Ministério Público, presente no fluxo, incluímos a Vara da Infância e da Juventude e a Defensoria Pública contemplando o Sistema de Justiça como um todo;
- representante do Conselho do Orçamento Participativo, para envolver a representação da sociedade;
- adolescentes do Comitê de Monitoramento do CMDCA, incentivando o protagonismo juvenil.

Observamos que poderemos incluir outros atores caso identifiquemos a relevância da consulta no processo, por exemplo, Centro de Referência da Mulher Víctima de Violência (CRAM), em fase de implantação na cidade, e equipe do Serviço Consultório de Rua, que em breve será implantado na cidade.

Questionários específicos para as unidades consultadas		
	Entrevistados	Questionários PAIR²
1	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Formulário 1: CMDCA
2	Conselho Tutelar I e II	Formulário 2: Defesa e responsabilização
3	Delegacia de Defesa da Mulher	Formulário 2: Defesa e responsabilização; Formulário 3: Atendimento e prevenção
4	Instituto Médico Legal	Formulário 3: Atendimento e prevenção
5	Sistema da Justiça: Vara da Infância e Juventude, Ministério e Defensoria Pública.	Formulário 2: Defesa e responsabilização Formulário 3: Atendimento e prevenção
6	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Formulário 3: Atendimento e prevenção
7	Centro Regional de Atendimento aos Maus tratos na Infância (CRAMI)	Formulário 3: Atendimento e prevenção

² São seis formulários produzidos pelos PAIR, mas não utilizaremos o questionário 6: setor corporativo

8	Centro de Atenção Psicossocial infantil (CAPSi)	Formulário 3: Atendimento e prevenção
9	Centro de Doenças Infecto Contagiosas (CEDIC)	Formulário 3: Atendimento e prevenção
10	Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)	Formulário 3: Atendimento e prevenção
11	Hospitais	Formulário 3: Atendimento e prevenção
12	Secretaria Municipal de Educação	Formulário 3: Atendimento e prevenção
13	Delegacia de Ensino	Formulário 3: Atendimento e prevenção
14	Centro de Atenção à Saúde do Adolescente de Piracicaba (CASAP)	Formulário 3: Atendimento e prevenção
15	Comitê de Monitoramento Infantojuvenil do CMDCA	Formulário 5: Movimentos sociais
15	Representante do Conselho do Orçamento Participativo	Formulário 4: Comunidade

- Por meio desse levantamento exploratório serão verificadas:

- as variáveis materiais (foco na dimensão material): existência de recursos materiais para o trabalho;
- as variáveis humanas (foco na dimensão humana): capacitação dos profissionais para lidar com casos de violência sexual contra crianças e adolescentes; suficiência de profissionais e/ou horários de atendimento, capacitação dos profissionais para trabalhar em rede com outras instituições e imagem da instituição perante a comunidade.
- As variáveis sistêmicas (foco na dimensão sistêmica): fluxo e registro da notificação de violência; impacto causado por mudanças de gestores; contatos e parcerias com outras instituições que atendem casos de violência (inclui fluxo de informação entre elas; se há várias instituições fazendo o mesmo tipo de atividade; *feedback* pelo judiciário sobre que fim levou o caso); produção, padronização e socialização de relatórios, estudos e diagnósticos locais; multidisciplinaridade do atendimento (inclui outros programas como os que atendem álcool e drogas), política pública para atendimento de casos de violência (federal, estadual municipal) e para prevenção e existência de protocolo de atendimento de casos de violência para abusado e família, incluindo a pessoa que praticou a violência sexual quando se tratar de violência intrafamiliar.

Quanto à dimensão material, o objetivo é verificar a percepção das instituições acerca da suficiência e adequação dos recursos físicos de que dispõem para o trabalho. Na dimensão humana a preocupação é com a suficiência de profissionais para atendimento bem como sua formação e capacitação específica para lidar com os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Por fim, ao abordar a dimensão sistêmica, foca questões como os procedimentos de atendimento, a sistematização dos registros, a produção de relatórios, o fluxo de informações entre as instituições parceiras e a percepção das instituições quanto à imagem que elas produzem perante a comunidade. Em cada uma dessas dimensões as instituições serão também solicitadas a apontarem as fragilidades que geram impacto na adequada execução de seu trabalho. Observamos que a dimensão diagnóstica dos dados a serem obtidos nessa fase não deve definir o diagnóstico como uma fase inicial do processo, entendendo que esse deve ser um parâmetro sempre atualizado, tanto em função do movimento do real como em função dos impactos que as ações devem promover na realidade.

Em relação ao levantamento e análise dos planos e políticas produzidos no Município de Piracicaba de 2007 a 2015.

Sistematização das proposições dos documentos relacionando às ações implementadas no município no período considerado, no sentido de evitar a repetição e a retórica meramente propositiva. Com isso, esperamos produzir uma linha de base para a planificação de ações que considere o percurso histórico das políticas públicas em uma dimensão avaliativa, apontando ações que devem ser mantidas, aprimoradas, repensadas, ajustadas ou superadas e, ainda, ações que devem ser elaboradas, planejadas, monitoradas e avaliadas. Essa sistematização deverá identificar as ações no orçamento municipal no sentido de identificar as lacunas orçamentárias, propostas para as diretrizes orçamentárias 2017 e propostas para o Plano Plurianual 2018-2021.

Pretendemos a elaboração de uma Cartilha com a análise crítica dos dados sistematizados (apresentação dos dados e as lacunas) de forma impressa e *online*.

Etapa 2

Seminário com Atores do Sistema de Garantia de Direitos, gestores, profissionais que operacionalizam as Políticas Públicas no município de Piracicaba, além de outros atores, como representantes de Conselhos de Direitos e do Conselho do Orçamento Participativo. Representantes do Departamento Regional de Assistência Social (DRADS) e da Saúde (DRS10) também serão convidados, assim como adolescentes que estão na Comissão de Monitoramento do CMDCA.

Esse Seminário deverá ser organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Piracicaba, com apoio dessa equipe, e terá os seguintes objetivos:

- 1) Apresentar a sistematização produzida na primeira fase, para complementações pertinentes, validação dos resultados e mobilização dos atores para a construção do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra criança e adolescente;
- 2) Composição de dois Grupos de Trabalho (GT) Intersetoriais para a definição de Programas, Projetos, Ações Integradas e Serviços a partir dos dados sistematizados:

GT A (planejamento de ações), que deverá contemplar os eixos: prevenção, atenção, defesa e responsabilização;

GT P (planejamento da participação, monitoramento e avaliação participativa das ações) que deverá contemplar os eixos: comunicação e mobilização, participação e protagonismo e estudos e pesquisas.

Etapa 3

Construção de proposituras: Trabalho dos GTs

Cada GT intersetorial deverá definir um coordenador que comporá a equipe do Projeto de extensão para a organização das atividades afetas à construção do texto do Plano, articulação intergrupos (GTs) e elaboração do texto base integral para consulta pública.

Atividades dos GTs:

- Criação de agenda para reuniões de trabalho
- Análise detalhada do texto da sistematização do Seminário e complementações pertinentes;
- Proposições de Programas, Projetos, Ações Integradas e Serviços com cronograma para implantação, implementação, monitoramento, avaliação e previsão orçamentária (indicações de recursos e fontes)
- Texto base para consulta pública articulando-se o produto dos dois GTs.

Paralelamente às atividades dos GTs, a equipe do Projeto com a participação dos coordenadores dos GTs trabalhará em duas frentes:

- subsidiando os GTs com informações e conhecimentos pertinentes;

- sistematizando as proposituras dos GTs, fundamentando-as teórica e metodologicamente. Essa sistematização deverá contemplar:



- ✓ Contextualização do tema na dimensão municipal georreferenciada;
- ✓ Princípios doutrinários fundados nos direitos humanos;
- ✓ Princípios operacionais fundados na proteção social – políticas públicas integradas;
- ✓ Programas, Projetos, Ações integradas e Serviços;
- ✓ Descrição das atividades, detalhando: objetivos, caracterização das atividades, atores, recursos; humanos, materiais, sistêmicos, orçamentários e metas;
- ✓ Indicação das formas de monitoramento do Plano e cronograma de ações;
- ✓ Indicação das formas de avaliação contínua de todas as ações planejadas.

Etapa 4

Consulta pública

A versão provisória do Plano deverá ser submetida à consulta pública de forma ampla, democrática, com grande divulgação e tempo para a efetivação da participação social.

Nesse momento, audiências públicas deverão ser promovidas em todas as macro-regiões do município.

Essa etapa consideramos como uma atividade de mobilização social e protagonismo, garantindo acesso à informação e participação social.

As contribuições da consulta e audiências deverão ser incorporadas ao texto final desde que compatíveis como os princípios doutrinários (direitos humanos) e operacionais (proteção social – políticas públicas integradas) que orientam esse Projeto.

Etapa 5

Seminário integrativo para fechamento do texto final.

Momento em que todos os atores se reúnem novamente, após receberem a versão provisória do texto final que integrará o trabalho dos 2 GTs (realizado pela equipe da extensão e coordenações dos GTs) e as contribuições da etapa anterior.

O formato desse seminário deverá ser planejado considerando o processo como um todo, para garantir participação ativa de todos os atores, sem a qual nenhum plano é exequível.

Ética em pesquisa com seres Humanos

Todas as atividades previstas nesse projeto, que configura-se como pesquisa-ação, envolve seres humanos, entretanto são pessoas com responsabilidades públicas que devem se pautar pela ética da responsabilidade nas função que realizam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sendo assim, entendemos que não se justifica o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mas todos os princípios éticos contidos na Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde, serão respeitados, com a ressalva de que a autonomia dos sujeitos deve estar condicionada á sua responsabilidade pública. Esse Projeto será informado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unimep, para a legitimação de sua realização. Consideramos como número de sujeitos as instituições que serão entrevistadas na fase 1, mas esse número poderá sofrer alterações na execução das ações. Não é possível precisar o número de sujeitos participantes nas demais e estamos considerando tais sujeitos como pessoas públicas.

